



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO
DA COMUNIDADE DE IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN**

MÁRCIA EGINA CÂMARA DANTAS

Mossoró, RN
Setembro de 2013

MÁRCIA EGINA CÂMARA DANTAS

**EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE
IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, *Campus Mossoró*, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Silva Thé Pontes - UFERSA

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzaneide Ferreira da Silva Menezes - UERN

Mossoró, RN

Setembro de 2013

Ficha catalográfica preparada pelo setor de classificação e catalogação da Biblioteca “Orlando Teixeira” da UFERSA

D192e Dantas, Márcia Egina Câmara.

Empreendimentos solidários e suas estratégias para o desenvolvimento local: estudo de caso da comunidade de Ipueira, Severiano Melo-RN. / Márcia Egina Câmara Dantas. -- Mossoró, 2013.

65f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Silva Thé Pontes
Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Suzaneide F. da Silva Menezes

Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade. Área de concentração em Estratégias sustentáveis de desenvolvimento do Semi-Árido) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

1. Economia solidária. 2. Autogestão. 3. Comunidade Rural Ipoeira - Severiano Melo-RN. I. Título.

CDD: 333.7

Bibliotecária: Vanessa Christiane Alves de Souza

MÁRCIA EGINA CÂMARA DANTAS

**EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE
IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Aprovada em: 20 / 09 / 2013

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Frederico Silva The Pontes – UFRSA
(Orientador)


Prof.^a. Dr.^a. Suzaneide Ferreira da Silva Menezes – UERN
(Co-Orientadora)


Prof.^a. Dr.^a. Elisabete Stradiotto Siqueira – UFRSA
(Membro Banca)

Dedico este trabalho a Deus, porque és tudo em minha vida e sem Ele não conseguiria chegar até onde cheguei.

À minha mãe, Maria de Fátima Bezerra Câmara Dantas, que como uma guerreira me instruiu ao caminho do bem e me ensinou que o conhecimento ninguém tira de mim. Ao meu pai, Emanuel Willame Gomes Dantas (in memoriam), meu anjo da guarda lá no céu e que se estivesse aqui estaria muito orgulhoso pela minha dedicação aos estudos.

A todos da minha família, tios, tias, primos, primas, meus avós José Boa (in memoriam), Socorro (in memoriam), Idalice (in memoriam) e Antonio Dantas. Dedico ao meu pequeno, mas querido sobrinho, Emanuel Willame.

Finalmente dedico ao homem no qual escolhi tê-lo ao meu lado em todas as ocasiões, o meu amado e querido esposo Victor Hugo Monteiro Freire.

“Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos, preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado.”

Margaret Mead

AGRADECIMENTOS

Fácil, porém difícil tarefa quando pensamos em não esquecer ninguém que de forma direta ou indireta colaboraram e me apoiaram durante todo o programa do mestrado. Tenho que agradecer a todos que junto a mim concretizaram um grande sonho e me fizeram atingir essa meta de vida.

Agradecer à Universidade Federal Rural do Semi-árido, aos funcionários e profissionais administrativos e acadêmicos, em especial o Prof^o. Dr. Frederico Silva Thé Pontes, meu orientador, por me receber nesta universidade, acreditando na minha pesquisa e me orientando com todo carinho, atenção, empenho, paciência, credibilidade e confiança, ao Senhor o meu sincero obrigado.

Agradeço ao Programa de Mestrado, em nome da Coordenadora a Prf^a. Dr^a. Sthenia Santos Albano Amora, pela iniciativa de criação do Programa de Mestrado em Ambiente Tecnologia e Sociedade na UFERSA, no qual agradeço e parablenizo todo o corpo docente, que de forma direta e interdisciplinar lapidaram esta pesquisa.

Agradeço à Prof^a Dr^a Suzaneide Ferreira da Silva Menezes, minha coorientadora, por ter me dado à oportunidade de tê-la junto no processo de elaboração deste trabalho, assim como agradecer por ter dedicado seu tempo para a realização desta pesquisa e consequentemente a realização do meu sonho e acima de tudo pela amizade sincera.

Agradecer profundamente a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI) por terem me auxiliado no fornecimento de material e se disponibilizado para a realização desta pesquisa, servindo de incentivo e grande ajuda neste processo. Agradecer imensamente a todos que gentilmente aceitaram participar do estudo e contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradecer a Prof.^a Dr.^a Elisabete Stradiotto Siqueira, componente da banca examinadora, que gentilmente se prontificou a avaliar este trabalho.

Agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, através do Projeto Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol (CAJUSOL), no qual tive a oportunidade de conhecer a comunidade objeto de estudo e que contribuiu imensamente no apoio logístico, disponibilizando material bibliográfico e espaço para a realização da pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento desta.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de certa forma contribuíram para a elaboração desta pesquisa, me apoiaram e colaboraram durante todo o processo.

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE IPOEIRA,
SEVERIANO MELO-RN

RESUMO – Empreendimentos econômicos solidários são caracterizados como aqueles pautados na autogestão, participativo, democrático, baseado na autossustentação e no desenvolvimento humano. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural Ipoeira, situada no município de Severiano Melo/RN, na perspectiva da economia solidária e seu impacto no processo de desenvolvimento econômico dos associados da AAFI, e considerada um estudo de caso. Quanto aos meios didáticos, foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental e de campo onde foram aplicados questionários com 18 sócios atuantes e com 13 sócios não atuantes no empreendimento a fim de se auferir a participação e de como ocorre o desenvolvimento das atividades do empreendimento. Com os dados obtidos, analisamos as variáveis que afetam o grau de participação dos sócios no empreendimento e levantar as principais dificuldades que o mesmo enfrenta sob o ponto de vista de seus sócios. Constatou-se, no que diz respeito às principais dificuldades elencadas pelos sócios falta de união, processo de tomada de decisão e falta de organização. Quanto à geração de renda, observou-se que para a maioria dos sujeitos da pesquisa se vincular a associação melhorou a sua renda. Com relação às variáveis que afetam o grau de participação no empreendimento, identificamos que as pessoas do gênero feminino, com faixa etária de 20 a 39 anos e que possuem uma quantidade considerável de membros na família, tem uma tendência maior em participar do empreendimento.

Palavras-Chave: economia solidária, autogestão, participação

SOLIDARITY ENTERPRISE AND STRATEGIES FOR LOCAL DEVELOPMENT: A
CASE STUDY OF COMMUNITY IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN

ABSTRACT – Solidary economic enterprises are characterized as those guided self-management, participatory, democratic, based on self-sustainability and human development. In this sense research the objective is to analyze the process of project management supportive rural community in the municipality of Ipoeira Severiano Melo - RN in view of the solidarity economy and its impact on economic development process of the members of the AAFI. This research is a case study. As for the means bibliographical research, documentary and field where questionnaires were administered to the members active and not active in the project in order to obtain participation and how is the development of the activities of the partners. With the data obtained it was possible to analyze the variables that affect the degree of participation of the partners in the association and identify the main difficulties it faces from the point of view of its members. It was found, therefore, in regard to the difficulties pointed out by the main partners were: lack of unity, the process of decision making and lack of organization. As for income generation was observed that for most of the subjects bind the association improved its income. Regarding the variables that affect the degree of participation in the project has been possible to identify people females, aged 20-39 years, who have a considerable amount of family members have a greater tendency to participate in the venture.

Key words: solidarity economy, self-management, participation

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFI - Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DLS - Desenvolvimento Local Sustentável

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição Alimentar

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Probabilidade do associado participar das reuniões da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI).....	53
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cisterna para armazenamento de água do projeto de horta.....	39
Figura 2 - Sede provisória da AAFI.....	40
Figura 3 – Canteiro de horta orgânica comunitária.....	40
Figura 4 – Frases para motivar o trabalho dos associados da AAFI.....	43
Figura 5 – Sede da AAFI (A) e Terraço (B).....	43
Figura 6 – Sala de reunião (A) e secretaria da associação (B).....	44
Figura 7 – Almoxarifado (A) e Cozinha da AAFI (B).....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de associados que participaram da pesquisa	34
Gráfico 2 – Gênero dos sujeitos entrevistados na pesquisa	34
Gráfico 3 – Estado Civil dos sujeitos da pesquisa.....	35
Gráfico 4 – Quantidade de sujeitos que possuem e não possuem terras em Ipoeira? ...	36
Gráfico 5 – Período que os sujeitos entrevistados se associaram ao empreendimento..	36
Gráfico 6 – Quantidade de sujeitos que atuam ou não atuam mais na associação.....	37
Gráfico 7 – Porque não atua mais no empreendimento?.....	37
Gráfico 8 – Conhece o estatuto da associação?.....	42
Gráfico 9 – Após associar-se sua renda?.....	47
Gráfico 10 – Sente ou se sentia valorizado por atuar no empreendimento?.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de gênero e idade dos sujeitos da pesquisa.....	35
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS.....	18
2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	19
3.2 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	22
3.3 AUTOGESTÃO.....	24
4 MATERIAL E MÉTODOS.....	28
4.1 ESTUDO DE CASO.....	28
4.2 ÁREA DE ESTUDO.....	28
4.3 COLETA DE DADOS.....	29
4.4 OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	30
4.4.1 Recrutamento.....	30
4.4.2 Local de realização do processo investigativo.....	30
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
4.5.1 Quanto ao processo de criação do empreendimento solidário na comunidade de Ipoeira em Severiano Melo – RN.....	31
4.5.2 Quanto o processo de geração de renda dos sócios da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira.....	31
4.5.3 Quanto a análise das principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário da comunidade objeto de estudo buscando compreender seus determinantes.....	31
4.5.4 Determinar os fatores que afetam o grau de participação dos produtores na gestão coletiva da atividade econômica do empreendimento solidário.....	32
5 RESULTADOS.....	34

5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	34
5.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA AAFI.....	38
5.3 PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA DOS SÓCIOS DA AAFI.....	46
5.4 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIOS DA COMUNIDADE DE IPOEIRA.....	48
5.5 FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DOS SOCIOS NO EMPREENDIMENTO.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	60

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária se tornou relevante para as estratégias de enfrentamento da pobreza, constituindo-se como uma das formas de materialização da relação Estado, Sociedade e Mercado¹, na qual os empreendimentos solidários dão visibilidade ao Terceiro Setor, crescente em muitas regiões do mundo. Segundo Rifkin (1995), o desenvolvimento deste setor resultou da necessidade de preenchimento do vácuo político deixado pelo recuo dos setores públicos e privados em impulsionar o desenvolvimento econômico.

Neste sentido, desde meados dos anos 1980, formou-se no Brasil e em outros países o florescimento e gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação (GAIGER, 2007). As recentes mudanças no mundo do trabalho e na reestruturação do capitalismo em nível mundial desencadearam a expansão e surgimento de variadas iniciativas de produção coletiva e de caráter autogestionário que aos poucos foram se tornando visíveis no cenário nacional (VASCONCELOS, 2010).

Neste contexto, percebe-se que a organização das comunidades em torno da economia solidária, principalmente às rurais, se configura em desafios que apresentam dois vieses: o fortalecimento da participação e organização para proporcionar o desenvolvimento de atividades que gerem renda e empregabilidade e; o desafio quanto à difusão, consolidação e inserção da produção no mercado frente às demandas e exigências de qualidade dos produtos solidários.

A perspectiva que representa esses empreendimentos solidários é fruto do processo de sistematização da economia solidária, cuja gênese teve como demarcação as décadas de 1980 e 1990 (SILVA *et al.*, 2008).

Existe como proposta de inclusão do produtor rural um processo produtivo que lhe confere maior geração de renda, tendo como princípio a ação coletiva e participativa. De acordo com Tenório (2001) é necessário que a coletividade tenha conhecimento quanto à gestão destes empreendimentos, visto que a associação com os outros facilita a realização de esforços, principalmente quando determinados objetivos não podem ser atingidos por um único indivíduo.

¹ A relação Estado, sociedade e mercado corresponde a consolidação de novos mecanismos de controle do mercado pelo Estado a partir da Reforma do Estado dos anos 90 para que a sociedade se coordene. De acordo com Bresser Pereira (1997), na perspectiva institucional há três mecanismos de controle fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil. O Estado, a partir do sistema legal, normas jurídicas e instituições fundamentais da sociedade; o mercado, o sistema econômico legado pelo processo competitivo; e a sociedade civil construída e estruturada pelo peso relativo dos diversos grupos sociais.

Sabe-se que a gestão das organizações pautada na economia solidaria ainda é um tema pouco explorado. Segundo Andion (2005), ainda há preconceitos ideológicos e a falta de fundamentação teórica adaptada à natureza destas organizações. O autor ainda afirma que são poucos os estudos no campo da teoria das organizações que consideram as particularidades dos empreendimentos que atuam no campo social.

Nesta perspectiva, a pesquisa pretende analisar o processo de autogestão do empreendimento solidário na Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI), com objetivo de contribuir para a economia e o desenvolvimento local.

A abordagem do tema - Empreendimentos solidários: uma experiência da comunidade rural de Ipoeira em Severiano Melo - permitirá a apreensão da importância da prática do associativismo e da participação das pessoas no empreendimento em torno de um bem comum na perspectiva da economia solidária, assim como os impactos que esta prática associativa gera no desenvolvimento econômico dos associados da AAFI.

Considera-se, portanto, que o desenvolvimento desta pesquisa seja de grande relevância social e científica, haja vista tratar da questão de ordem prática da economia solidária na comunidade objeto de estudo, sendo o empreendimento solidário uma alternativa para o enfrentamento da pobreza, geração de renda e criação de novas oportunidades dentro da comunidade rural, pautado em um modelo sustentável de produção através do cooperativismo e associativismo.

O estudo subsidiará pesquisas que apontem as potencialidades e dificuldades desses empreendimentos para o desenvolvimento da localidade, tendo em vista a necessidade de compreender como ocorre o processo de formação dos empreendimentos solidários e que resultados são gerados para o desenvolvimento local.

Considerando que a economia solidaria proporciona um espaço plural de pesquisa e atividades, consubstanciado na luta pela construção de novas relações de trabalho, promovendo o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores com vista às inovações tecnológicas e inserção no mercado, a presente pesquisa abordará os seguintes objetivos.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar o processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural de Ipoeira, situada no município de Severiano Melo – RN, na perspectiva da economia solidária.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o processo de criação e organização do empreendimento solidário na comunidade de Ipoeira, Severiano Melo – RN;

- Discutir o processo de geração de renda e seus impactos no desenvolvimento econômico dos sócios da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipoeira (AAFI);

- Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário da comunidade objeto de estudo, buscando compreender seus determinantes;

- Identificar os fatores que afetam a participação dos produtores na gestão coletiva da atividade econômica do empreendimento solidário.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As novas relações de trabalho que promovem o desenvolvimento das experiências em economia solidária são dadas a partir dos valores constituídos nas sociedades, conforme o contexto social e os interesses políticos de cada lugar (RODRIGUES e FERREIRA, 2008). Nesse contexto, “A essência do problema é que desenvolvimento tem muitos significados científicos, dependendo do contexto social, experiências intelectuais e fins políticos” (Wijenbekg (1967) *apud* Rodrigues e Ferreira, 2008, p.594)

Para Gómez (2006, p. 36), desenvolvimento:

(...) configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc.

Desenvolvimento para as Nações Unidas também já foi sinônimo de processos em que “os esforços de uma população se somam aos do governo para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, procurando integrá-lo na vida do país e permitindo-lhe contribuir plenamente para o progresso social” (MOREIRA, 1985, p. 333).

Esta pesquisa considera desenvolvimento com base em Brose (2000), compreendendo desenvolvimento como o processo de melhoria da qualidade de vida que requer interação contínua e demorada entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, visando à inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental e uso racional dos recursos e mobilização social (ativa participação cidadã).

Na dimensão social, a redução da força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas levou a liberação de um elevado contingente de mão-de-obra, gerando crise e desemprego (RODRIGUES E FERREIRA, 2008). Além disso, há de se considerar a reconfiguração das organizações produtivas impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico e, finalmente, a questão ambiental, cujo uso excessivo de insumos químicos e uso intensivo e inadequado dos recursos naturais ameaçam-nos à perenização.

A partir da década de 70, o modelo de desenvolvimento começou a ser contestado em prol da igualdade e justiça, onde as experiências em economia solidária passaram a ter mais

visibilidade. Tratando-se de uma forma de economia que proporciona o desenvolvimento ao invés de constituir-se como um setor à parte, a economia solidária tem muito mais vocação para interagir com as formas econômicas dominantes, em uma perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como, por exemplo, uma dinâmica recíprota ou um projeto associativo (FRANÇA FILHO, 2002).

Neste sentido, Silva (2006, p. 198) argumenta que:

(...) as políticas de fortalecimento da agricultura familiar requerem maior organização do processo produtivo e de comercialização. Para isso têm sido valorizadas as iniciativas econômicas solidárias com base no associativismo e no cooperativismo.

“Enquanto fenômeno, a economia solidária se tornou particularmente relevante no cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e Mercado, onde desponta com força a ideia de Terceiro Setor.” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 123)

“A expressão terceiro setor tem origem e é mais utilizada em países anglo-saxão. Em outros países, como a França, são mais comuns termos como economia social e economia solidária embora não sejam sinônimos de terceiro setor.” (SCHOMMER, 2002, p. 98)

São características das organizações do terceiro setor, a tendência de misturarem elementos de solidariedade e competitividade, recursos financeiros provenientes de diversas fontes, interesse e agentes diversos, trabalho voluntário e de profissionais empregados e são organizadas em torno de um forte sentido de missão (SCHOMMER, 2002, p. 99).

Laville (1999) define economia solidária como um conjunto de atividades que contribuem para a democratização da economia a partir do engajamento da cidadania, apresentando-se como emanção de ações coletivas e buscando a instauração de novos modos de regulação, tanto em nível internacional quanto em nível local.

Segundo a SENAES (2011), economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comparar e trocar o que é preciso para viver. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Neste sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidaria define a concepção da economia solidária como práticas que prezam a valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercambio respeitoso com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade (VASCONCELOS, 2010).

Lechat (2007, p. 109), ao estudar alguns teóricos da economia solidária, mostra que esta economia:

(...) é geralmente entendida, no Brasil, como constituída por associações de produtores de bens e serviços, associações de comercialização e associação de consumidores desde que dentro das características já nomeadas, ou seja, a produção de bens necessários a maioria da população, produzidos sem agredir a natureza, de forma autogestionária, solidária e com equidade.

Muitas destas organizações sequer chegam a esta dimensão de problema (FALCONER, 1999). São frágeis, desarticuladas, contam com pessoal pouco qualificado, dependem de financiamento governamental ou de pequenas e eventuais doações. Muitas vezes, possuem pouco contato até mesmo com as comunidades que visam atender ou representar.

Entre os desafios para a consolidação dessas organizações estão: dificuldade de afirmação de sua identidade; consolidação organizacional; crises de valores organizacionais; dificuldade de se adaptar a uma realidade de crescente competitividade que leva a necessidade de profissionalizar a administração, rever processos, definir estratégias; buscar resultados sem comprometer ideias e valores; e a falta de foco.

É fato que o aperfeiçoamento de habilidades de gestão é um dos principais desafios para que o setor cumpra seu papel (FALCONER, 1999).

Além das questões relativas aos valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material e relacionados ao pouco aprendizado da produção coletiva. Muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano dos pequenos empreendimentos comunitários, quais sejam: carência de capital de giro; acesso ao crédito; *design*; controle de qualidade, comercialização e tecnologia; ambiguidade da propriedade dos meios de produção;

e problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados (LISBOA, 1999).

Bertucci e Silva (2003) afirmam que as experiências em economia solidária devem ser marcadas por alguns elementos, entre eles: desenvolverem-se nos setores populares; serem criados para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas; envolverem a participação democrática, valores solidários e a autogestão, entre outros.

Lisboa (1999) também afirma que o desafio proposto pela economia solidária é de construir uma alternativa a partir das relações com o mercado. Uma alternativa “não mais ao capitalismo, mas no capitalismo” como uma forma de resistência à lógica “destrutiva” que preside a sociabilidade contemporânea e ao mesmo tempo como possibilidade de construção de uma nova sociedade, a longo prazo, porém no aqui e agora.

3.2 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A década de 80, denominada a década perdida, foi o marco inicial da economia solidária, caracterizada pelo aprofundamento dos ideais neoliberais que, no Brasil, teve no presidente Collor de Melo um dos seus principais defensores. O período Collor foi marcado por um desmando neoliberal caracterizado por privatizações de empresas estatais e abertura comercial e conseqüente agravamento dos índices de desemprego e inflação² (LESBAUSPIN, 2003). Em resposta ao desemprego estrutural, a classe trabalhadora desenvolveu novas estratégias de enfrentamento do desemprego³. Para Paul Singer, os trabalhadores se posicionam de várias formas nas relações capitalistas, dentre elas:

Os trabalhadores reagiram combatendo a exploração no interior da empresa capitalista, criando alternativas de caráter associativo ou defendendo seus sistemas de vida próprios, seu patrimônio produtivo e seus saberes, contra a ameaça de espoliação e de subordinação do capital. (SINGER, 1999 *apud* GAIGER, 2007, p. 60)

² Nos anos 80, diante do colapso financeiro internacional, impõe-se o discurso da necessidade dos ajustes e dos planos de estabilização em toda a América Latina. No Brasil, foi possível identificar o agravamento da fragilidade financeira do setor público e do comportamento defensivo dos agentes privados [...] sem solução constante para o problema do endividamento e com uma questão social gravíssima (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 140).

³ O equacionamento da questão social, entendida como a superação das desigualdades e injustiças. O que significa a resolução de questões originadas por problemas socioeconômicos (desemprego, subemprego, economia informal, pobreza, etc.) por problemas sociopolíticos (apatia, corrupção, clientelismo, autoritarismo, participação etc.) e por problemas socioculturais (analfabetismo, diversidade cultural, respeito à diferença, etnia, gênero etc.) (RAICHELIS, 2004, p. 18).

A partir da década de 90, o debate sobre o desenvolvimento econômico na perspectiva do associativismo e cooperativismo se amplia, sendo também impulsionado pelo Governo Federal. Enquanto política pública, a economia solidária passou a ser estimulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Para Singer (2000, p. 3), a criação da SENAES significou o reconhecimento pelo Estado brasileiro das transformações provocadas no mundo do trabalho, indicando “uma ampliação de responsabilidade do MTE que passa a incluir o cooperativismo e o associativismo”.

Com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e o oferecimento de subsídios aos processos de formulação de políticas públicas, a SENAES realizou em todo o Brasil um mapeamento da economia solidária, com o propósito de compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Os resultados iniciais do mapeamento indicaram que nos primeiros anos do século XXI era grande o número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

No período de 2005 a 2007, foram identificados 21.859 empreendimentos, considerando-se cooperativas, associação de produtores, grupos de produção, feiras etc.. Entre os maiores números de empreendimentos, 42% encontram-se na região Nordeste, 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 16,5% na região Sul e 10% na região do Centro Oeste.

Em sua maioria, os empreendimentos estão organizados em associações, o que corresponde a 52%, seguida por grupos informais, 36,5%, 10% organizadas em cooperativas e 1,5% se enquadra em outras formas de organização. A SENAES também identificou os motivos que levaram a criação destes empreendimentos. Segundo a pesquisa, 31,5% optou pelo fator do desemprego, 14% para complemento de renda dos seus sócios, 16% para obtenção de maiores ganhos e 13% devido ao acesso a financiamentos (VASCONCELOS, 2010).

A secretaria define empreendimentos solidários como aqueles em que não há empregador e empregado, mas trabalhadores que laboram coletivamente e que funcionam de acordo com os princípios da economia solidária. Esse tipo de empreendimento surge por força da ação de Organizações Não Governamentais (ONGs), cuja alternativa é configurada no desenvolvimento regional e pautada na produção sustentável de produtos. Esse modelo de desenvolvimento econômico promove um uso racional dos recursos naturais e melhora a qualidade de vida dos habitantes das comunidades urbanas e principalmente rurais (RUTKOWSKI e LIANZA, 2004).

Gaiger (2004) caracterizou os princípios dos empreendimentos de economia solidária com base em pesquisas bibliográficas e na sua experiência em economia solidária, quais sejam: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Para o autor, estes princípios não são únicos, mas centrais nos empreendimentos econômicos solidários.

A exemplo desses princípios, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) implementaram no Nordeste projetos de incentivo ao Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), entendendo-o como processo de melhoria da qualidade de vida da população local, de conservação do meio ambiente e de participação ativa, organizada e democrática da população (COUTO, 2001). Deste exemplo, podemos destacar o fomento à organização social⁴ e ao empreendedorismo⁵, consideradas fundamentais às parcerias entre as instituições públicas e os trabalhos de capacitação para melhoria dos níveis educacionais e da capacidade produtiva.

Conforme Gaiger (1999^a, p 3),

No campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje os empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática.

De acordo com Gaiger (2000), esses empreendimentos cooperativos nascem da necessidade imperiosa de encontrar uma solução e geram solidariedade como imposição da necessidade. Existindo prática anterior de solidariedade, a qual transcende os objetivos econômicos, o empreendimento é favorecido.

3.3 AUTOGESTÃO

Dentre as experiências em economia solidária, o trabalho autogestionário é entendido como:

(...) um potencial educativo, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos

⁴ Geração de capital social.

⁵ Criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local.

que não aqueles das relações sociais capitalistas (SINGER, 1999 *apud* AZAMABUJA, 2009, p.284).

Para o autor, os empreendimentos autogestionários possibilitam não somente o enfrentamento da pobreza⁶, mas também a produção de um conjunto de práticas que visam à inclusão social, mediante a participação dos sujeitos na definição dos processos que configuram a organização da comunidade.

Segundo Souza e Baiardi (2006), o conceito de economia solidária amplia a perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de construção de alternativas de desenvolvimento. Neste mesmo contexto, Mello (2005, p. 151-152) aponta que:

(...) a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionários, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente .

Levando em consideração o que o autor indica, podemos afirmar que a economia solidária é constituída sob a forma de grupos informais, associações, cooperativas, empresas de autogestão e a combinação de atividades econômicas e sociais. O seu processo produtivo é marcado pela solidariedade⁷, cooperação e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo. Ela visa à construção de uma alternativa econômica fortemente embasada nos direitos humanos, sem os quais não há desenvolvimento com inclusão social, de forma sustentável e equitativa (LECHAT *et al*, 2007).

Como as organizações e empreendimentos estão sempre em *interface* com outras esferas sociais, tais como o mercado e o Estado, elas podem ser definidas como sistemas abertos e complexos, uma vez que os “sistemas podem manter sua autonomia por meio da dependência em relação ao mundo exterior” (MORIN, 1983 *apud* ANDION, 2005, p. 95). Vários tipos de empreendimentos encontram-se diante de grandes desafios em seu cotidiano.

Albuquerque (2003) desenvolveu um estudo que permite compreender que os empreendimentos devem criar resultados capazes de agradar a todos que dependam dele para

⁶ Pobreza diz respeito à destruição dos meios de subsistência satisfatória e tem como parâmetro estruturador, intrínseco a sua lógica de formação, a privação absoluta. Esta define-se pela carência extremada de quaisquer meios para a satisfação das necessidades primárias ligadas a sobrevivência física e a sanidade da pessoa e dos familiares a ela dependente (ABRANCHES, 1994, p. 17)

⁷ Nessa discussão, o conceito de solidariedade assume grande relevância, sendo concebido como agente que impulsiona o empresariado e a sociedade como um todo a atuar em favor dos excluídos (GÓIS, 2004, p. 95).

a sua sobrevivência, tratar de instituir relações sociais de produção que valorizem o trabalho familiar e criar uma estrutura para compartilhar o poder de decisão respeitando o equilíbrio de forças e os interesses diversos (ALBUQUERQUE, 2003, *apud* LECHAT, 2007, p. 184). Estas compreensões reforçam o entendimento sobre a autogestão diante dos problemas que ameaçam a sua sobrevivência em curto prazo, ainda mais quando os recursos são escassos, comprometendo o desenvolvimento de seus projetos e gerando questionamentos a respeito da própria razão de existência da organização.

Como se sabe, uma forte característica dos empreendimentos da economia solidária é a prática da autogestão. Conforme Singer (2000), a autogestão estimula a solidariedade entre os membros e para com a população trabalhadora em geral, enfatizando a ajuda aos mais desfavorecidos. Para Oliveri (2005), a autogestão também favorece o despertar para a cidadania, uma vez que as pessoas se transformam em sujeitos da situação em busca de soluções qualitativas.

Essa autogestão na economia solidária é caracterizada pelo modo de agir coletivo, que vai além do contrato estabelecido entre os cooperadores (LECHAT *et al*, 2007). Segundo Albuquerque (2003, p.20), a autogestão é entendida, em sentido lato, como:

(...) um conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício do poder compartilhado (...) que expressa intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Subentende-se, portanto que todos os participantes da organização autogestionada estejam envolvidos no processo de tomada de decisões, desde as rotinas e práticas de trabalho internas às práticas de comercialização do produto ou serviço oferecido, até a política de remuneração dos trabalhadores.

Para Motta (1981, p. 133):

(...) a sociedade autogestionária, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização.

No entanto, a autogestão caracteriza-se mais do que simplesmente um modelo de gestão. Ela possui um caráter multidimensional que precisa ser observado. Para Albuquerque

(2003, p. 20), esse caráter multidimensional pode ser descrito por seu perfil social, econômico, político e técnico:

SOCIAL: pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis a todos os indivíduos e grupos que dela dependem;

ECONOMICO: são processo de relações sociais de produção, que se definem sobre praticas que privilegiem o fator trabalho em detrimento do capital;

POLITICO: se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado, promovendo a igualdade entre os membros.

TECNICO: insinua a possibilidade de outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Desta forma, é possível pensarmos a autogestão como uma forma de gestão autônoma do conjunto social que remete a novas formas de organização, não apenas da economia, mas também da educação e da política global, sendo aplicado como um sistema de organização das atividades econômicas e sociais.

Neste sentido, a autogestão busca resgatar a essência social da luta pela repartição do poder, mantendo sua referência nas empresas autogeridas que surgem como nova organização produtiva e geradora de renda a trabalhadores excluídos do mercado convencional.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 ESTUDO DE CASO

A presente proposta de pesquisa é constituída como forma de estudo de caso, tendo como finalidade explorar situações que não estão claramente definidas, descrevendo-as e explicando-as determinados fenômenos que dificultam a utilização de outras abordagens científicas, especialmente as experimentais (GIL, 2002).

Nesse teor, foram utilizadas múltiplas fontes para análise visando abordar diferentes perspectivas dos participantes da pesquisa e também obter vários dados durante a análise dos partícipes.

(...) pode-se dizer que, em termos de coletas de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de dados de gente quanto de dados de papel. Com efeitos, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos (GIL, 2002, p.130).

Nessa perspectiva, o estudo de caso está intimamente relacionado ao contexto, de modo que os resultados da pesquisa não podem ser extrapolados para outros contextos, ou seja, generalizados. Conforme MUNHOZ (1989, p. 85), o estudo de caso tem o “objetivo de coletar dados ou elementos não disponíveis, os quais serão ordenados sistematicamente a fim de se conhecer determinada situação”.

4.2 ÁREA DE ESTUDO

O estudo será realizado na comunidade rural de Ipoeira, situada no município de Severiano Melo, Mesorregião do Oeste Potiguar, com uma área territorial de 140,7km², equivalente a 0,26% sobre o Estado do Rio Grande do Norte (RN). O município limita-se com os municípios de Apodi, Rodolfo Fernandes, Itaú e com o Estado do Ceará (IDEMA, 2011). Com uma altitude média de 147m, coordenadas 05°46'37,2” de latitude sul e 37°57'28,8” de longitude oeste, distando da capital cerca de 403 km e tendo como principais vias de acesso as rodovias pavimentadas BR-304 e BR-405. Igualmente, o município possui uma população de 5.752 habitantes, sendo 2.118 (36.82 %) vivendo na zona urbana e 3.634 (63.18 %) na zona rural (IBGE, 2010).

A comunidade possui aproximadamente 150 famílias, mas não são todas que possuem terras. Os que a tem possuem em média 10 hectares, criando bovinos, ovinos, suínos e galináceos e cultivando produtos de subsistência. Uma das atividades econômicas desenvolvida na comunidade é a entre safra da produção de castanha de caju.

A comunidade possui uma organização chamada Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI) que visa, segundo seu estatuto: sustentar e defender, perante os poderes públicos e onde quer que se faça necessário, os direitos, interesses e reivindicações de seus associados; promover por todos os meios ao seu alcance a perfeita união e solidariedade entre seus associados; e assessorar, entre seus sócios, a prática da agricultura familiar.

A AAFI é composta por 47 sócios, dentre os quais apenas 18 são atuantes no empreendimento. A título de atividades desenvolvidas, o empreendimento conta com um projeto piloto de horta orgânica comunitária, financiado pelo Banco Mundial através do Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) do Governo do Estado do RN.

4.3 COLETA DE DADOS

Foram utilizados dados secundários e primários. Os secundários foram obtidos de forma articulada, através dos métodos de pesquisas documental e bibliográfica (elaborada com dados obtidos em livros, jornais, revistas etc.).

Durante o processo investigativo foi necessário realizar várias visitas ao empreendimento a fim de coletar dados para a pesquisa documental, bem como observar o andamento das atividades da AAFI.

A pesquisa exigiu a disponibilidade de diversos dados por parte da associação, dentre eles: atas das reuniões, frequência dos associados durante as reuniões, estatuto da associação, projetos submetidos a financiamento, além do questionário e os diários de campo da pesquisadora contendo observações que auxiliaram na apreensão da realidade.

A pesquisa documental resultou da análise do estatuto, regimento, ata de criação e atas das reuniões da associação, bem como do projeto submetido pela organização junto ao programa de desenvolvimento solidário do Estado do RN. Os dados documentais receberam tratamento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa.

No que diz respeito aos dados primários, estes foram coletados durante as pesquisas de campo, com a aplicação de questionário junto aos sócios da AAFI, cujo objetivo foi descrever precisamente os fenômenos a serem estudados. Também foi realizado registro fotográfico

contendo imagens da associação e das atividades realizadas pelos agricultores. Os sujeitos da pesquisa foram os agricultores(as) sócios(as) da AAFI, dos quais 31 responderam ao questionário tendo como referência um total de 47 pessoas.

4. 4 OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

4.4.1 Recrutamento

Os sujeitos da pesquisa foram convidados pela pesquisadora para participar de uma reunião na associação com a finalidade de expor os objetivos da pesquisa e de que forma os associados auxiliariam no processo de desenvolvimentos da mesma. Durante a reunião, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e a clareza na adesão em participar da pesquisa, livre e voluntariamente.

Aos associados que não puderam participar por motivo maior ou por não estar mais atuando no empreendimento, a pesquisadora visitou cada sujeito e convidou-o a participar do processo investigativo.

Os associados que não aceitaram participar da pesquisa, não assinando o TCLE ou aqueles associados que por algum motivo inviabilizou a realização da pesquisa, foram excluídos do processo investigativo, correspondendo a um percentual de 34,5% dos associados.

Os associados da AAFI participaram da pesquisa respondendo o questionário (APENDICE) aplicado pela pesquisadora. Os dados e os nomes dos sujeitos da pesquisa foram mantidos em sigilo, cuja identificação foi feita por código, com a finalidade de preservar a identidade e conseqüentemente as respostas dos sujeitos da pesquisa.

4.4.2 Local de realização do processo investigativo

A aplicação do questionário foi realizada individualmente em uma sala reservada do prédio da associação, previamente disponibilizada através de autorização da diretoria da AAFI. Alguns respondentes preferiram responder a pesquisa em suas casas, haja vista assegurar a sua privacidade. Outros que não atuavam mais no empreendimento aceitaram participar da pesquisa, respondendo o questionário em suas residências.

4. 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cada objetivo descrito no item dois foram delineados procedimentos metodológicos específicos, conforme as subseções correntes.

4.5.1 Quanto ao processo de criação do empreendimento solidário na comunidade de Ipoeira, Severiano Melo – RN;

Como procedimento metodológico, para compreender o processo de criação do empreendimento solidário da comunidade de Ipoeira, foi necessário à realização da pesquisa documental. “Esta coleta faz-se mediante a consulta a arquivos ou a outros repositórios de dados” (GIL, 2002, p. 101), de modo que cada acontecimento histórico possa ser analisado com base nas circunstâncias locais e temporais que lhe afere significado, tendo como principal referência o estatuto da associação e as atas de reuniões, bem como a aplicação dos questionários aos sócios fundadores.

4.5.2 Quanto o processo de geração de renda dos sócios da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipoeira;

Através do instrumento de coleta de dados (questionários) e a partir da análise dos projetos submetidos a financiamento para atividades produtivas, foi possível analisar a renda através de indicadores de resultados econômicos do empreendimento e das famílias levando-se em consideração a renda das pessoas atuantes e não atuantes no empreendimento, dimensionando a renda média obtida no empreendimento solidário e fora deste e analisando a importância de cada fonte de renda (bolsas, vales, benefícios, aposentadoria, serviços entre outros).

4.5.3 Quanto a análise das principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário da comunidade objeto de estudo buscando compreender seus determinantes;

O procedimento metodológico que determinou a análise das principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário de Ipoeira foi à aplicação dos questionários, bem como a análise dos documentos da AAFI (atas, fichas de cadastro, relatórios etc.), buscando

registrar não apenas os problemas levantados, mas também a perspectiva de solução de cada pesquisado para posterior análise dos resultados.

4.5.4 Determinar os fatores que afetam o grau de participação dos produtores na gestão coletiva da atividade econômica do empreendimento solidário;

O modelo utilizado nesta pesquisa foi o *logit* binominal, utilizado como modelo estatístico e como possibilidade para análise de crédito de instituições financeiras que avaliam as variáveis que levarão a financeira a dar o crédito ao solicitante. A diferença é que nesta pesquisa estaremos avaliando as variáveis que interferem ou auxiliam na participação dos sujeitos da pesquisa no empreendimento econômico solidário da comunidade de Ipoeira.

Em modelos com variáveis contínuas relacionadas a atributos é necessário estimar um modelo *logit* no qual somente uma alternativa esteja associada a cada conjunto de valores assumidos pelas variáveis independentes. Neste caso, Scarpel (2000) observa que a estimação dos parâmetros é feita pelo método da máxima verossimilhança, recomendado quando dispomos de observações individuais da ocorrência ou não de determinado evento. Por meio da obtenção dos coeficientes das variáveis explicativas, percebemos o impacto dessas variáveis na variação do logaritmo da probabilidade da variável dependente, aqui compreendida como fatores de participação no empreendimento.

Para aferir o grau de participação nas atividades da AAFI e visando compreender os mecanismos pelo qual o associado busca participar das atividades do empreendimento, estudou-se os efeitos dos principais determinantes da participação. O modelo utilizado para modelar a escolha do associado em participar das atividades do empreendimento foi o *logit*. Para tanto, supõe-se que a propensão de participação nas atividades do empreendimento é determinada de acordo com a seguinte equação:

$$Y = \beta X_i + \varepsilon \quad (1)$$

em que Y é uma variável binária (*dummy*), observável e que assume o valor unitário. Caso o associado participe das atividades é 0, caso contrário, o associado não participa; X_i é um conjunto de variáveis de controle, contidos nos atributos pessoais dos associados que, teoricamente, afetam a decisão do associado de participar das reuniões; β é vetor de parâmetros correspondentes; e ε é o erro aleatório.

De acordo com o modelo de respostas binárias ($Y = 1$, para participação em atividades

e $Y = 0$, caso contrário), a probabilidade (Pr) do associado participar das atividades pode ser dado por uma relação funcional simples conhecida como função logística, expressa pela equação:

$$\text{Pr} = 1/(1 + e^{-(\beta X_i)}) = \quad (2)$$

Em que Pr, a probabilidade de participar das atividades, é dada por (2), então $(1 - \text{Pr})$ a probabilidade de não participar é dada pelo:

$$(1 - \text{Pr}) = 1/(1 + e^{(\beta X_i)}) = \quad (3)$$

Logo, podemos escrever

$$\text{Pr}/(1 - \text{Pr}) = (1 + e^{(\beta X_i)})/(1 + e^{-(\beta X_i)}) = e^{(\beta X_i)} \quad (4)$$

agora $\text{Pr}/(1 - \text{Pr})$ é simplesmente a razão de probabilidade (*odds ratio* em inglês) em favor de participar das atividades, ou seja, a probabilidade de um produtor vir a participar das atividades e a probabilidade dele não participar.

Considerando o logaritmo natural de (4), obtemos o seguinte resultado:

$$L_i = \ln(\text{Pr}/(1 - \text{Pr})) = \beta X_i \quad (5)$$

em que L_i é log da razão de probabilidade.

A forma estrutural do modelo *logit* usado na análise de participação de produtores em atividades da associação é dada pela equação:

$$L_i = \ln(\text{Pr}/(1 - \text{Pr})) = \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 \quad (6)$$

em que:

X_1 é a variável binária sexo que assume valor 1 ($X_1 = 1$) se o associado é do sexo masculino, e valor 0 caso contrário;

X_2 é a variável idade, em anos;

X_3 é o grau de escolaridade do associado, em anos de estudo;

X_4 corresponde ao número de membros da família, valor unitário;

X_5 é a variável binária "mais de um membro da família é associado" (assume o valor 1 se mais de um membro da família é associado e 0 caso contrário)

X_6 é a variável binária relativa ao auxílio governamental. Neste caso, X_6 assume o valor 1 se o associado possui algum tipo de renda proveniente do governo, caso contrário X_6 assume o valor 0;

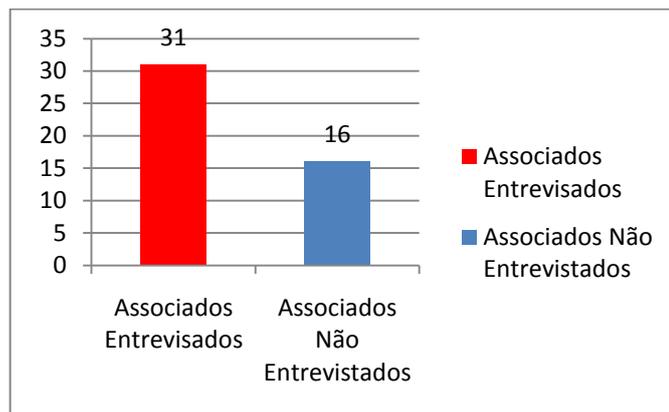
X_7 variável *dummy* relativa às atividades executadas fora da associação. Neste caso, X_7 assume o valor 1 se o associado desenvolve atividades remuneradas fora da associação, caso contrário X_7 assume o valor 0.

5. RESULTADOS

5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

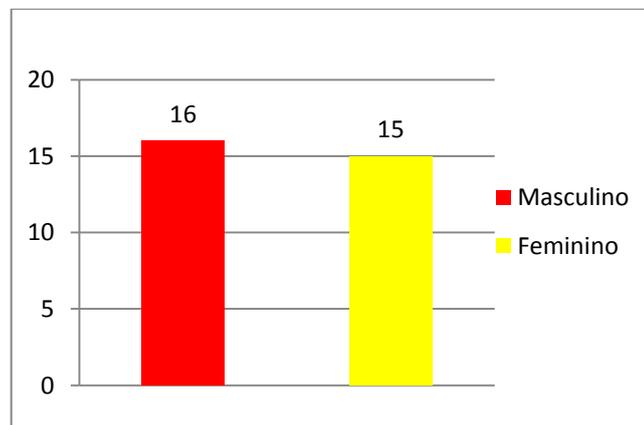
Conforme os registros da associação, 47 pessoas são associadas à organização. Deste quantitativo, apenas 31 aceitaram responder o questionário da pesquisa e 16 não responderam. Dos não respondentes, 8 não moram mais na comunidade, 1 estava afastada decorrente de período eleitoral, pois candidatara-se a vereador no município, 4 foram desligados da associação por descumprirem o estatuto e 3 não aceitaram participar da pesquisa. Levando em consideração que a colaboração para a pesquisa é livre e voluntária os não respondentes foram eliminados, conforme exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade dos associados que participaram da pesquisa



Quanto ao perfil do gênero, dos 31 sujeitos respondentes, 16 são do gênero masculino e 15 do gênero feminino (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Gênero dos sujeitos pesquisados



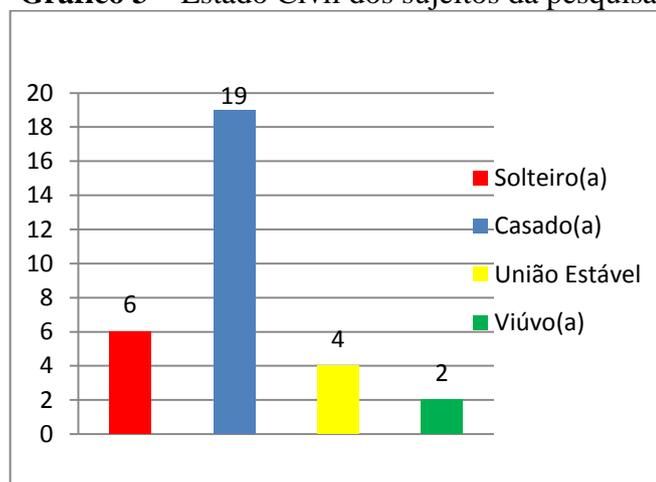
A idade dos sujeitos questionados é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Relação de gênero e idade dos sujeitos da pesquisa

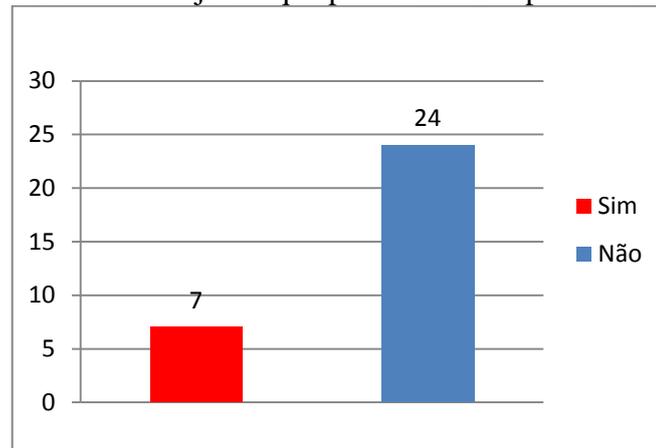
Idade	Gênero	
	M	F
JOVENS (11 a 21)	1	-
ADULTOS (22 a 59)	15	14
IDOSOS (Acima de 60 anos)	-	1
Total	16	15

O estado civil dos sujeitos pesquisados revela que 19 são casados. Identificamos também que 6 deles são solteiros(as), 4 deles declararam ter uma união estável com seus companheiros(as) e 2 deles são viúvos(as), conforme expressos no Gráfico 3

Gráfico 3 – Estado Civil dos sujeitos da pesquisa.

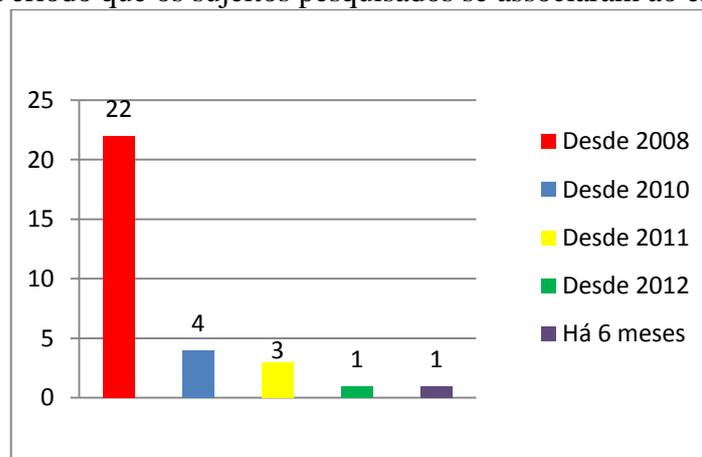


Dentre umas das variáveis propostas na pesquisa, a questão “possuir terras” foi considerada relevante, tendo em vista que não são todas as famílias da comunidade de Ipoeira que possuem terras e por esta condição supomos que há maior probabilidade delas participarem do empreendimento para conseguirem trabalho e renda para a sua subsistência. No Gráfico 4, 24 dos sujeitos respondentes afirmaram não possuir terras e 7 afirmaram possuir.

Gráfico 4 – Quantidade de sujeitos que possuem e não possuem terras em Ipoeira.

Analisando os sujeitos que afirmaram não possuir terras e correlacionando este feito com o fato do sujeito atuar ou não atuar mais no empreendimento, foi possível identificar que 58,3% deles ainda atuam na associação e 41,7% deles não mais, tendo como base o ano 2012. Quanto ao fato de possuir terras, no que toca à atuação do sócio no empreendimento, identificamos que 57,1 % ainda atuam na associação e 42,9% deles não participam mais do empreendimento, tendo como base o ano de 2012.

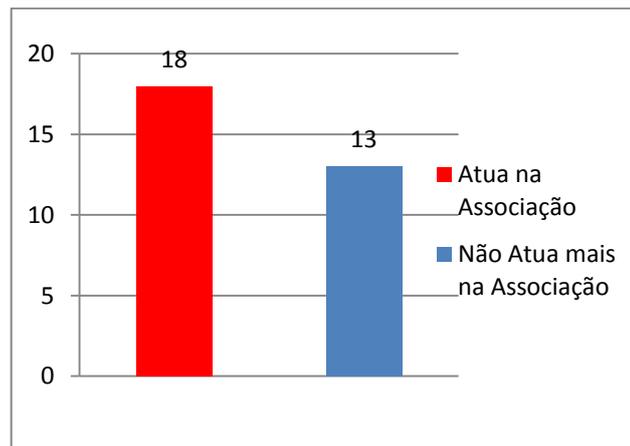
Na pesquisa foi levada em consideração a identificação dos sujeitos que fazem ou fizeram parte da associação. No Gráfico 5 são apresentados os sócios desde o ano de 2008 na associação. Neste caso, afirmamos que a maioria dos sócios estiveram presentes durante a assembleia geral de fundação da associação, ocorrida em 30 de maio do ano de 2008.

Gráfico 5 – Período que os sujeitos pesquisados se associaram ao empreendimento

A fim de identificar quantos dos sócios fundadores ainda atuam no empreendimento, fizemos o levantamento nos documentos da associação e identificamos que desses 22 apenas 54,5% ainda atuam no empreendimento, tendo como referência o ano de 2012.

Dos 31 respondentes, 18 ainda desenvolvem atividades no empreendimento e 13 não mais atuam, tendo como base o ano 2012 (Gráfico 6). Dentre os motivos elencados pelos respondentes estão: desconfiança, problemas de saúde, oportunidade de trabalho com carteira assinada, obtido serviço em outra comunidade ou estar cuidando de familiar doente.

Gráfico 6 – Quantidade de sujeitos que atuam ou não atuam mais na associação.



O Gráfico 7 apresenta os argumentos que fizeram 13 (41,9%) dos sujeitos pesquisados afirmarem que não mais atuam no empreendimento e o motivo de se afastarem deste.

Gráfico 7 – Porque não atua mais no empreendimento?



Através dos dados acima foi possível observarmos e descrevermos os demais objetivos desta pesquisa, entre eles o processo de criação, os principais problemas, como ocorre o processo de geração de trabalho e renda, bem como analisarmos quais variáveis são satisfatórias para avaliarmos a participação e não participação dos sujeitos no empreendimento.

5.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA AAFI

Para efeito da pesquisa, os dados coletados e analisados no empreendimento foram catalogados tendo como período o ano de 2008 a 2012, na qual a coleta de dados foi realizada no empreendimento.

Com base na pesquisa documental e de campo, analisamos que o processo de criação do empreendimento solidário da comunidade Ipoeira teve suas atividades iniciada em 30 de maio de 2008, com assembleia realizada na Escola Municipal Deusdete Cavalcante, sitio Ipoeira, e 50 pessoas presentes. Durante a reunião, foram discutidos os problemas relacionados com a comunidade, cuja ata foi registrada: falta de água, estradas danificadas e falta de emprego que assola a região.

A assembleia foi deliberada pela fundação da Associação, onde os comunitários ali presentes se comprometeram a formá-la. Das 50 pessoas presentes 40 se tornaram sócios fundadores da AAFI. Para sua fundação, a Associação precisava de uma diretoria. Para tanto, durante a reunião os presentes se candidataram a compor a diretoria. A diretoria foi eleita com mandato de dois anos, com a aprovação do estatuto, seus objetivos e finalidade no empreendimento.

Conforme o estatuto, o empreendimento foi criado na comunidade com o objetivo e finalidade de sustentar e defender poderes públicos e onde quer que se faça necessário, os direitos, interesses e reivindicações de seus associados, promover por todos os meios ao seu alcance a perfeita união e solidariedade entre os seus associados, assessorar, junto a seus sócios, a prática da Agricultura Familiar, promover pesquisas e estudos técnicos sobre as atividades econômicas, divulgando-as entre os associados dentre outras atribuições.

Os sócios reúnem-se ordinariamente uma vez ao ano, sempre na segunda quinzena do mês de março. Desde então, a Associação realizou 4 reuniões Ordinárias e 14 reuniões extraordinárias. Dentre as pautas das reuniões os sócios discutem o desenvolvimento e escolha de Projetos a serem encaminhados aos Programas de Financiamentos, realizam a avaliação dos projetos em execução pela a associação entre outros encaminhamentos.

Na pesquisa documental, percebeu-se nas atas da associação que no primeiro ano de fundação os sócios desenvolveram poucas atividades junto ao empreendimento. Um ano após, mais precisamente em 02 de março de 2009, na Escola Municipal Deusdete Cavalcante, os sócios voltaram a se reunir com fins a discutir e escolher uma atividade na qual a associação pudesse pleitear recursos e desenvolver atividades produtivas, aplicando-as em 1 hectare de terra doado a associação por um dos sócios fundadores.

Em sua segunda reunião ordinária, os sócios se reuniram com o objetivo de montar um projeto para obter recursos através do Programa Desenvolvimento Solidário, doravante PDS, financiado pelo Banco Mundial em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN), através da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistencial Social (SETHAS).

Seguindo os objetivos do programa, os sócios definiram que gostariam de trabalhar com uma horta orgânica comunitária, haja vista gerar ocupação e renda e proporcionar alimentação saudável para seus sócios. Registrado em ata, a horta trará a oportunidade de perfurar um poço tubular que irá disponibilizar água em abundância para a comunidade. Como encaminhamento, os sócios escolheram uma comissão que ficou responsável pelo gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e aplicação dos recursos para o subprojeto da horta orgânica comunitária.

O processo para o financiamento do Projeto de Horta durou aproximadamente 10 (dez) meses, com a perfuração e revestimento de poço tubular de 150 metros de profundidade, a construção de uma cisterna (Figura 1) para armazenar água para o projeto de horta e de 1 hectare de canteiros para a plantação de coentro, cebolinha, alface, pimentão e tomate.

Figura 1 – Cisterna para armazenamento de água do projeto de horta



Os sócios da AAFI não possuíam sede própria, realizando suas reuniões na Escola Municipal da comunidade e na Igreja, e por um período em uma sede provisória da Associação, localizado no galpão vizinho à casa do Sr. Pedro Lucena Cabral, presidente da associação (Figura 2).

Figura 2 - Sede provisória da AAFI



Com o desenvolvimento das obras de perfuração do poço para o projeto da horta orgânica, a empresa que ganhou a concorrência diagnosticou que na comunidade só havia a possibilidade de perfurar um poço de até 90 metros de profundidade. Como o recurso solicitado ao PDS cobria os custos para a perfuração de um poço de 150 metros e conforme orientação do técnico do programa, o recurso restante poderia ser usado para outros fins. Assim, os sócios se reuniram no dia 30 de maio de 2010 para discutir quais os fins que seriam dados ao recurso restante. Na reunião, os sócios decidiram usá-lo para a perfuração de outro poço, a fim de servir para o projeto de horta orgânica da associação (Figura 3).

Figura 3 – Canteiro de horta orgânica comunitária



Dias depois, os sócios da AAFI voltaram a se reunir. A reunião tinha como finalidade eleger a nova diretoria, haja vista que o mandato do presidente em exercício estava finalizando e o mesmo solicitou aos presentes que se candidatassem à diretoria. A chapa apresentada foi votada e eleita por unanimidade, com validade de dois anos.

Durante a análise dos questionários realizados com os sócios atuantes e não atuantes no empreendimento, percebemos que 74,2% deles nunca tinham participado como candidato à diretoria da Associação. Este acontecimento vem ao encontro do que os autores Singer (2000), Tenório(2001) e Azamabuja(2009) defendem quanto ao processo de autogestão, onde a falta de participação do indivíduo na definição das atividades, inclusive no processo de tomada de decisão, como, por exemplo, a Diretoria, pode fragilizar o processo de organização da comunidade, uma vez que

é necessário que essa coletividade tenha conhecimento quanto a gestão destes empreendimento, visto que a associação com os outros facilita a realização de certos esforços, principalmente quando determinados objetivos não podem ser atingidos por um único indivíduo (TENORIO, 2001, p. 17).

Quatro meses após a última reunião, os sócios da AAFI se reuniram (10 de outubro de 2010) na sede provisória da associação para avaliar o projeto em execução, com possibilidade de divisão de lucros entre os associados. Conforme consta em ata, a reunião foi aberta pelo Presidente, Sr. Pedro Lucena Cabral, que solicitou ao sócio Francisco José Cavalcante Junior que fizesse a explanação a cerca do assunto que ele propôs quando mobilizou a convocação de reunião. O Sr. Francisco José Cavalcante Junior iniciou fazendo a distribuição de um panfleto que abordava sobre o assunto a ser discutido.

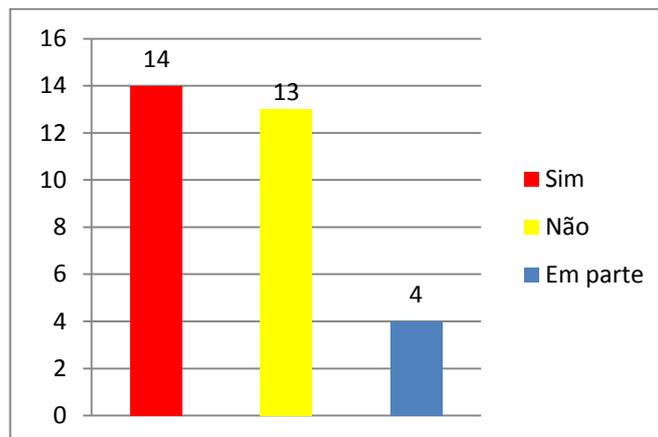
O conteúdo do panfleto constava que existia na associação um valor “x” de recursos e que 10% deste valor deveria ser dividido entre os sócios conforme as horas trabalhadas na associação. Finalizando a explicação, o coordenador dos trabalhos esclareceu que a ação era ilegal, visto que o código civil em seu artigo 61 versa sobre: dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzido se for o caso, as cotas ou frações ideais no parágrafo único do artigo 56 será destinado a entidade de fins não econômicos designada no estatuto, omissa esta, por deliberação dos associados, a instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes.

O estatuto da associação está em consonância com a lei maior no seu artigo 67. Como não existe a possibilidade de dissolução, as possíveis sobras que a associação venha a ter somente poderão ser reinvestidas em ações ou objetos materiais que venham a beneficiar a

instituição ou aos sócios, ficando deliberado que nenhum objeto ou valor será dividido entre os sócios da associação. O Sr. João Batista enfocou que a associação está administrando os recursos oriundos da execução do projeto Programa de Aquisição Alimentar (PAA) em doação simultânea da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), daí os rendimentos obtidos pela Associação. Como medida, os sócios deliberaram que devido a estes rendimentos a taxa de contribuição social ficará suspensa aos sócios.

Ao analisarmos o objetivo desta reunião, questionamos que compreensão os sócios têm quanto aos princípios da economia solidária e as atribuições da associação, que por não ter fins lucrativos não devem distribuir os lucros serem para os seus administradores ou dirigentes conforme consta no estatuto aprovado pelos sócios. Este fato evidencia o dado coletado através do questionário, quando se perguntou se o sócio ou ex-sócio conhecia o estatuto da associação. Podemos destacar que 13 deles afirmaram conhecer o estatuto da associação, 14 não e 4 afirmaram conhecer parcialmente, conforme ilustrado no Gráfico 8.

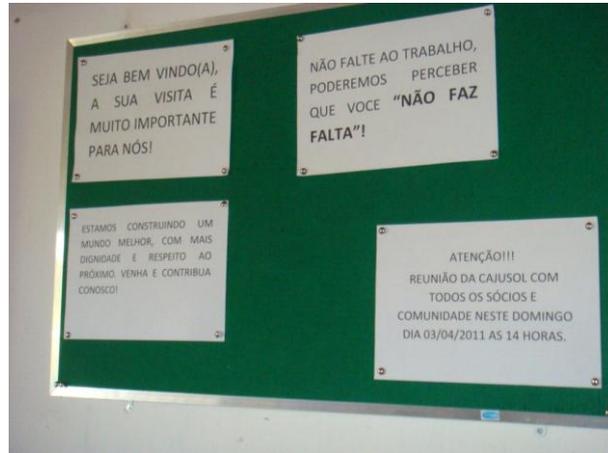
Gráfico 8 – Conhece o estatuto da associação?



Os sócios quando realizam suas reuniões ou assembleias finalizam os trabalhos avaliando o andamento das atividades da associação. Em todas as atas foi possível identificarmos que sempre as avaliações são referentes aos projetos executados pela associação, mais especificadamente a horta orgânica comunitária. Segundo eles, a atividade tem sido fonte redentora de renda para todas as famílias envolvidas e traz benefícios para a qualidade de vida dos seus associados. Além da prática de avaliação das atividades é comum ver nos documentos e na pesquisa de campo na Associação boletins, informativos e votos de estímulo aos sócios para que se empenhar nas atividades da associação (Figura 4). Isso define o que Azamabuja (2009) afirma sobre os empreendimentos autogestionários, cujos espaços possibilitam a produção de um conjunto de práticas que visam à inclusão social e a

participação dos sujeitos na definição dos processos que configuram a organização da comunidade.

Figura 4 – Frases para motivar o trabalho dos associados da AAFI



No dia 11 de outubro de 2010, na sede provisória da associação, os sócios da AAFI se reuniram para definirem que empresa seria contratada para realizar o serviço de construção da sede da associação. Conforme registro em ata, apenas uma empresa apresentou a proposta orçamentária, inclusive com um valor menor do que o proposto para a contratação. Assim, os sócios discutiram, analisaram e deliberaram a empresa Jale Construtora para a construção da sede da Associação, com extensão de 94,8 m², sala para reuniões, sala da secretaria, almoxarifado, 2 banheiros, cozinha e terraço (Figuras 5, 6 e 7).

Figura 5 – Sede da AAFI (A) e Terraço (B).



Figura 6 – Sala de reunião (A) e secretaria da associação (B).



Figura 7 – Almoxarifado (A) e Cozinha da AAFI (B).



No dia 17 de janeiro de 2011, já na sua nova sede, os sócios se reuniram com o objetivo de escolher o projeto a ser enviado para o PAA CONAB. Os trabalhos foram iniciados com o presidente discutindo a importância do programa e avaliando o primeiro ano do projeto realizado pela associação, cujo desenvolvimento promoveu qualidade na alimentação dos sócios, bem como gerou renda para os produtores associados.

Finalizado à discussão, os sócios decidiram participar novamente do programa, pois se trata de um projeto que amplia as conquistas da comunidade. Para isso, os sócios enviaram uma proposta ao programa para a produção de coentro, cebolinha, alface, pimentão e tomate. Conforme registro em ata, os sócios acreditam que a submissão de um projeto ao Programa da CONAB gera oportunidade de emprego e renda para os associados, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas através de uma alimentação mais saudável. Em seguida, os sócios deliberaram uma comissão para realizar os processos legais.

Um ano após a última reunião (17 de fevereiro de 2012), os sócios novamente se reuniram para tratar da renovação do projeto submetido ao Programa da CONAB, avaliando as atividades do último ano de projeto e deliberando a renovação do mesmo, haja vista a

geração de trabalho que o projeto junto a CONAB tem gerado, bem como renda e qualidade de vida para seus colaboradores.

Alguns meses depois os sócios (25 de maio de 2012) se reuniram para tratar da pauta “Assuntos de interesses dos associados”. Nesta reunião, o presidente coordenou os trabalhos e comunicou que alguns sócios não estão frequentando as atividades da associação, especificamente no que se refere ao trabalho na horta. Os sócios discutiram que providências seriam tomadas em relação a este problema. Após a discussão, os sócios chegaram à conclusão que a melhor alternativa seria o afastamento destes sócios, cuja ata fora registrado um quantitativo de 4 sócios. Outro ponto debatido durante a manutenção da horta e das dependências da sede da associação. Como dito anteriormente, há apenas 3 meses o empreendimento submeteu o projeto à CONAB. Até o momento o projeto ainda não tinha sido aprovado decorrente das atividades do projeto de horta estar reduzidas, isto porque a associação não comporta a mão de obra ofertada por todos os sócios. Para tanto, a diretoria sugeriu que enquanto o projeto do PAA CONAB não fosse aprovado 4 sócios se encarregariam de cuidar da horta.

Na assembleia, consultou-se a disponibilidade dos presentes, no qual foram sugeridos quatro nomes. Os nomes sugeridos ficaram com a responsabilidade das despesas de manutenção das bombas e 10% do valor arrecadado das atividades seria revertido para a Associação, haja vista permaneceram produzindo nos canteiros de horta e usufruindo dos equipamentos da associação e todo o material produzido foi vendido na feira semanal do município.

Outra pauta discutida na reunião: até o final do ano de 2012 não será mais aceito a entrada de novos sócios na associação. A pauta demonstra a alternativa da Associação frente ao desafio da falta de recursos para a sua existência. Neste caso, corroboramos com Falconer (1999) que o aperfeiçoamento de habilidades de gestão é um dos principais desafios dos empreendimentos. Podemos constatar nesta situação que a melhor alternativa do empreendimento foi reduzir a quantidade de mão-de-obra e evitar a inclusão de novos sócios.

O último registro do livro de atas da associação data de 02 de junho de 2012, menos de um mês depois da última reunião. Os sócios se reuniram na sede para eleger e dar posse a nova diretoria para um mandato de dois anos. Após a leitura do Capítulo IX do estatuto da associação, que versa a respeito da eleição e posse da diretoria, os sócios presentes deram andamento a eleição.

Verificamos que apenas uma chapa candidatou-se e foi eleita por unanimidade. Ao analisarmos o processo de eleição da diretoria da associação e o prazo estabelecido pelo

estatuto do empreendimento, verificamos que nos 3 processos de eleição da diretoria os prazos foram cumpridos conforme estabelecido pelo Art. 60 do Estatuto da Associação. Outro ponto é novamente percebido: não há muito envolvimento dos demais sócios do empreendimento para se candidatarem a algum cargo na diretoria, onde na última eleição verificamos que apenas uma chapa foi criada e eleita por unanimidade.

5.3 PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA DOS SÓCIOS DA AAFI

Através do instrumento de coleta de dados (questionários) foi possível quantificar a renda tanto das pessoas atuantes e não atuantes no empreendimento e fazer uma análise de como o empreendimento contribui para a geração de renda do sócio.

Para efeito de análise de renda, os sujeitos foram questionados se recebiam algum auxílio financeiro que beneficiasse a sua renda. Em resposta, 24 deles (77,4%) recebem algum auxílio que contribui para a sua renda, quais sejam: programa bolsa família (83,3 %) e aposentadoria (16,7 %). Já 7 deles (22,6%) afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio que contribua para a sua renda. Destes 7 apenas 3 continuam na associação e extraem sua renda exclusivamente das atividades que desenvolvem no empreendimento.

Ao analisarmos esses dados, é possível afirmamos que dos 18 sujeitos que ainda atuam no empreendimento 15 possuem auxílio e 3 não possuem. Outrossim, 11 deles além de contar com auxílio de algum programa do governo federal ainda realizam atividades extras fora do empreendimento, contribuindo para o orçamento familiar, quais sejam: vende animais, costura, vende leite e ovos, faz salgados por encomenda e vende castanha. Estas atividades geram renda de R\$ 50 até R\$ 2.000,00 se referem às atividades de corte de castanha no período da entre safra. Assim, definimos que os sócios atuantes no empreendimento estão na associação não somente pelo fato da geração de renda, mas também por ser nele que eles se sentem detentores de uma atividade produtiva, na qual através da associação foi possível aprender uma nova maneira de produzir e se alimentar melhor.

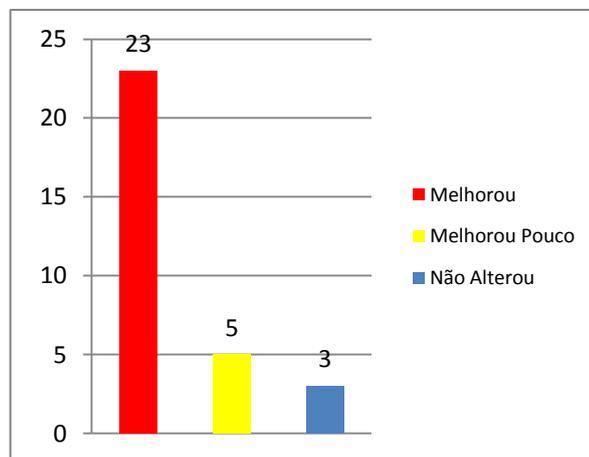
No que diz respeito aos 13 sujeitos que não atuam mais no empreendimento estes afirmaram que suas respectivas rendas provem de serviços, aposentadoria, agricultura, emprego carteira assinada, bolsa família ou não possuíam nenhuma renda.

Os sujeitos da pesquisa também foram questionados sobre quanto recebiam por atuar nas atividades do empreendimento. Os valores recebidos pelas horas/trabalho nas atividades da horta é R\$ 2,50. Há na associação uma escala de trabalho, em que as mulheres desenvolvem suas atividades no período matutino e os homens no período vespertino. Outro

fator interessante no empreendimento é que as mulheres são encarregadas das atividades mais leves, quais sejam: aguar os canteiros de horta, varrer os pomares, colher as hortaliças, ensacar e embrulhar os pacotes de hortaliças para serem entregues a outras associações através do Doação Simultânea. Quanto aos homens estes realizam as atividades mais pesadas, quais sejam: transportar fardos de hortaliças para serem ensacadas, escavar os canteiros de horta, podar os galhos dos cajueiros localizados no canteiro do projeto de horta, plantar as hortaliças, produzir o biofertilizante e o adubo para os canteiros etc.. Segundo os respondentes, eles recebem em média por mês a quantia de R\$ 220 a R\$ 600. Este valor varia conforme o número de horas trabalhadas por indivíduo no projeto de horta orgânica comunitária. Apenas dois dos respondentes preferiram não informar quanto recebiam por atuar nas atividades da associação.

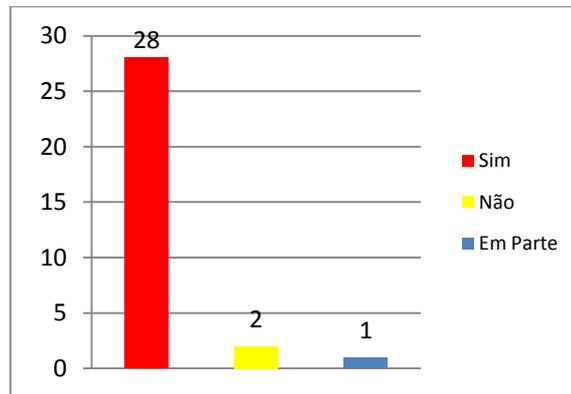
Foi questionado se após associar-se a AAFI a renda dos sujeitos tinha Melhorado, Melhorado Pouco, Não Alterou, Piorou ou Piorou Muito. Pouco mais de 16% dos sujeitos atuantes e não mais atuantes alegaram que sua renda melhorou pouco após se associar a AAFI, conforme ilustrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Após associar-se sua renda?



Para boa parte dos sujeitos questionados se vincular a associação melhorou a sua renda. A fim de descobrir o grau de satisfação dos associados quanto a sua atuação no empreendimento, questionamos se eles se sentiam ou se sentem valorizados por desenvolver suas atividades no empreendimento. Em resposta, 90,4% dos sócios se sentem ou se sentiam valorizados por atuar no empreendimento, conforme demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Sente ou se sentia valorizado por atuar no empreendimento?



Em se tratando dos motivos pelos quais os sócios se sentem ou se sentiam valorizados por atuar no empreendimento, buscaram-se saber quais motivos, quais sejam: por se sentirem útil, gostar de trabalhar com pessoas, ajudar nas atividades, gerando trabalho e renda, ser bem tratado e até por já ter saído na televisão.

Neste sentido, podemos perceber o quanto o empreendimento da comunidade de Ipoeira tem transformado as vidas e as relações de trabalho e de renda de famílias da comunidade.

5.4 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO DA COMUNIDADE DE IPOEIRA

A perspectiva de analisar as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário de Ipoeira se deu através da avaliação dos questionários aplicados com os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito aos problemas e suas expectativas para a solução destes.

As opiniões e respostas dos respondentes foram categorizadas para uma maior uniformidade, sendo sistematizadas nos aspectos mais importantes para melhor análise das respostas. Por se tratar de uma pergunta aberta, esta categorização ou sistematização das respostas foi necessária.

Cinco dos respondentes alegam que no empreendimento não existem problemas, não há dificuldade ou não souberam informar as dificuldades da associação. Em seus relatos eles afirmaram:

“Nada não, até agora está tudo bem.” (Sujeito n° 21)

“Acho que não.” (Sujeito n° 19)

“Nadinha.” (Sujeito n°23)

“*Não Sei.*” (Sujeito nº02)

“*Não tem problemas.*” (Sujeito nº18)

Alguns respondentes alegaram que há falta de união na tomada de decisão. Em seus relatos podemos verificar:

“*As pessoas que às vezes não querem ou não concordam com as decisões.*” (Sujeito nº31)

“*Falta de União.*” (Sujeito nº11)

“*Uns querendo mandar mais que os outros*” (Sujeito nº25)

“*Falta de entendimento.*” (Sujeito nº03)

“*Quando não entram em Acordo.*” (Sujeito nº09)

Para Veiga (2001, p. 12):

Os maiores e mais fortes fatores de fracasso de uma associação são: falta de solidariedade entre os associados, a disputa interna a fofocas, o disse-que-disse, o operar individualmente, a falta de autonomia da associação e a falta de estratégia, de visão de curto, médio e longo prazo.

Levando em consideração o que afirma Veiga, percebemos que no empreendimento há pontos fracos no que toca à união e entendimento do grupo. Já para 2 dos respondentes, o processo de gestão do empreendimento, no que tange a diretoria, é um grande desafio, pois segundo eles a dificuldade é:

“*A questão administrativa, estamos mudando o processo de decisão, pois antes a diretoria já decidia por todos*” (Sujeito nº 30) e

“*Acho que é a desunião na hora das decisões, pois a diretoria as vezes quer decidir só, mas sócio é todo mundo*” Sujeito nº20.

Neste aspecto, definimos que os gestores ainda encontram dificuldades de seguir na perspectiva da equidade e da autogestão, na qual a principal característica dos empreendimentos econômicos solidários é a sua forma de organização pautada na autogestão. Neste caso, não deveria existir, por parte da diretoria, a tomada de decisão isolada sem a prévia consulta e deliberação dos demais sócios do empreendimento.

Outro ponto abordado por outros 2 dos respondentes quanto as dificuldades enfrentadas pelo empreendimento foi a questão da falta de acompanhamento técnico na produção, conforme relatos:

“Falta de acompanhamento e assistência da EMATER, técnicos, agrônomo.” (Sujeito nº32) e *“Orientação na Produção.”* (Sujeito nº08)

Além dos desafios quanto ao processo de gestão, os empreendimentos enfrentam grandes dificuldades no que toca ao acompanhamento técnico de suas atividades no campo, comprometendo as atividades e conseqüentemente a existência do empreendimento.

Outro ponto a ser debatido é que apesar do empreendimento desde o ano de 2010 ter assistência técnica de um engenheiro agrônomo através do Projeto CAJUSOL, muitos dos respondentes durante a pesquisa não consideraram as atividades do mesmo como sendo uma assessoria ou assistência, pois entendem que assistência técnica é apenas aquela prestada pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER).

Durante a pesquisa documental (atas) também foi possível identificarmos que durante o processo de implantação do projeto da horta orgânica comunitária o técnico agrícola que acompanhava as atividades do projeto desistiu de assessorar o empreendimento, tendo os sócios se reunirem para deliberarem a substituição do novo técnico agrícola. Segundo registro em ata, a maioria dos sócios ficaram apreensivos sobre a continuidade no projeto de horta sem acompanhamento técnico.

Outros 2 respondentes alegaram em seus relatos que a grande dificuldade que existe na associação são:

“Falta de organização de quem entra e sai da associação.” (Sujeito nº10) e *“Falta dinheiro pra fazer mais coisas.”* (Sujeito nº12)

Para Lisboa (1999, p. 56):

Muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano dos pequenos empreendimentos [...] carência de capital de giro, acesso ao crédito, controle de qualidade, comercialização e tecnologia e ambigüidades da propriedade dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados.

Segundo Albuquerque (2003), o empreendimento deve criar resultados capazes de agradar a todos que dependam dele para a sua sobrevivência, tratar de instituir relações sociais de produção que valorizem o trabalho familiar e criar uma estrutura para compartilhar o poder de decisão respeitando o equilíbrio de forças e os interesses diversos. Assim, o entendimento sobre a autogestão diante dos problemas que ameaçam a sobrevivência do empreendimento a curto prazo e a gestão dos recursos escassos compromete o desenvolvimento de seus projetos gerando questionamentos a respeito da própria razão de existência da organização.

Para tanto, o empreendimento econômico solidário de Ipoeira tem como prática habitual não desligar os sócios que não mais atuando no empreendimento. Aqueles que por vontade própria retiram-se da Associação em qualquer época, obedecidos aos trâmites previstos no Estatuto e no Regimento Interno, poderá ser readmitido, a critério da Diretoria.

Com essa prática, os sócios que por ventura quiser atuar novamente nas atividades da associação sempre será bem vindo. A prática de não desvincular os sócios, por mais que ele não esteja mais frequentando a associação, existe porque muitos dos que não mais atuando no empreendimento, muitas vezes, se afastaram por motivos de saúde, ter conseguido um emprego com carteira assinada entre outros. No entanto, ocorre que há quem não aceite essa prática, entendendo que essas pessoas se afastam e retornam apenas quando há atividades que geram renda.

Os sócios que praticarem atos contrários aos interesses da Associação, infringindo o estatuto, os regimentos internos e as deliberações são eliminados do empreendimento. Segundo os respondentes, os sócios são desligados da associação caso não cumprirem o estatuto.

Entretanto, há aqueles que apontam como dificuldades do empreendimento:

“O trabalho com pessoas sempre há conflitos de ideais e opiniões. Alguns com cabeça dura, mas no geral todos os sócios se dão bem.” (Sujeito n°22)

“Quando querem brigar, pois onde rola dinheiro, uns querem de um jeito e tudo aqui tem que ser combinado.” (Sujeito n°24)

“As vezes uns falam uma coisa e faz outra. As opiniões que as vezes não dão certo. Eu não gosto nem de dá opinião e fico calada.” (Sujeito n°28)

As dificuldades apresentadas apontam os conflitos que existem na associação quando há algum problema, onde alguns sócios preferem não opinar quanto a resolução dos

problemas, ou senão por acreditar que sua opinião não sirva. Outro ponto percebido neste grupo de resposta é o aspecto do bom senso entre os sócios quando vão decidir ou definir algum problema, aonde muitas vezes até se chegar a um acordo há bastante discussão até conseguir o equilíbrio devido.

Além das dificuldades, os sujeitos da pesquisa foram questionados quanto a perspectiva de solução de problemas ou dificuldades por eles enfrentados na associação.

Há respondentes (36%) que acreditam que a solução para os problemas da associação se resolveria:

“Tendo calma irão resolver os problemas.” (Sujeito nº13);

“Concordarem e se entenderem.” (Sujeito nº11);

“Conversarem pra se entender.” (Sujeito nº14);

“Ter mais união e todos se unirem.” (Sujeito nº 20); e

“Deveria ter mais união e humildade.” (Sujeito nº25)

Sobre este quesito, consideramos que estes sócios acreditam que o diálogo para a tomada de decisões é a melhor alternativa para dirimir as principais dificuldades do empreendimento. Percebemos que nos problemas existentes há muitas discussões até se chegar a um entendimento que agrade a todos ou a maioria.

Já 22% dos respondentes disseram não saber ou não informaram quais seriam as possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas pela associação. Alguns sócios (12%) acreditam que a solução dos problemas sugeridos seria viável se os sócios:

“Cumprissem o estatuto e com organização.” (Sujeito nº05); e

“Se conscientizassem dos seus direitos isso mudará tudo.” (Sujeito nº30)

Outros 10% dos respondentes acreditam que investir em capacitação em gestão de empreendimentos, incentivo do governo e que a atuação da assistência técnica seja efetiva são as soluções para os problemas do empreendimento. Ao analisarmos o perfil dos sócios da AAFI, descobrimos que 35% concluíram o ensino médio. Talvez devido a este grau de instrução alguns almejem capacitações, que fortalecerão o conhecimento dos colaboradores do empreendimento. Tenório (2001), afirma que é necessário que a coletividade tenha conhecimento quanto à gestão deste empreendimento, visto que a associação com os outros

facilita a realização de esforços, principalmente quando determinados objetivos não podem ser atingidos por um único indivíduo.

Outros 10% deles acreditam que os problemas resolveriam se:

“*Todos deveriam decidir as coisas juntos e não 1 ou 2 tomarem as decisões.*” (Sujeito nº03) e
 “*Combinar as coisas com todos.*” (Sujeito nº28)

Há 10% dos respondentes que acreditam que o afastamento dos sócios que sempre discordam das decisões do grupo, discutem e fazem confusão, a alternativa para este problema seria desligarem-nos da associação, onde esta atitude, segundo eles, melhoraria o desenvolvimento das atividades da associação.

5.5 FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NO EMPREENDIMENTO

Os estimadores de máxima verossimilhança dos parâmetros do modelo *logit* forneceram as estimativas contidas na Tabela 1. A função de regressão foi significativa a 1%, com 20,5 para o valor da razão de verossimilhança (LR), que segue distribuição qui-quadrado com $K - 1$ graus de liberdade (K é o número de variáveis independentes).

Tabela 1 - Probabilidade do associado participar das reuniões da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI)

Variáveis independentes	β	Z	$P > Z $	Efeito marginal
X ₁	-2,985***	-1,860	0,063	-0,630
X ₂	-0,164*	-3,780	0,000	-0,409
X ₃	-0,441**	-2,150	0,031	-0,109
X ₄	1,892*	2,870	0,004	0,471
X ₅	5,059*	3,150	0,002	0,730
X ₆	-3,582***	-2,480	0,013	-0,651
X ₇	4,706*	3,310	0,001	0,814
χ^2_6	20,500			

X₁ Gênero, X₂ Idade, X₃ Escolaridade, X₄ Número de membros da família, X₅ Número de membros da família associados, X₆ Recebe renda do governo e X₇ Exerce atividade produtiva fora da associação.

*, **, *** - 1%, 5% e 10% de significância, respectivamente.

De acordo com os resultados contidos na Tabela 1, o valor do efeito marginal significa a chance da variável binária (participação em atividades da associação) variar entre 0 e 1. Dessa forma, no caso do gênero, se o associado pertence ao gênero masculino a chance de participação em atividades da associação cai 0,63. Esse resultado corrobora com os dados quando analisamos o perfil dos 13 sócios que não mais atuam no empreendimento, onde 61,5% destes são do gênero masculino e 38,5% do gênero feminino.

Em se tratando de idade, o aumento de um ano de idade implica uma variação negativa na chance de participação em atividades da associação de aproximadamente 0,41. Comparando aqueles que atuam e que não atuam no empreendimento verificamos que: os sujeitos que não atuam no empreendimento 53,8% estão na faixa etária de 40 a 59 anos, 38,5% estão na faixa etária entre 20 e 39 anos e apenas 7,7% estão na faixa etária entre 60 a 79 anos. Já 72,2% dos sujeitos que ainda atuam no empreendimento estão incluídos na faixa etária que vai de 20 a 39 anos e apenas 27,8% deles estão entre a faixa etária de 40 a 59 anos.

A escolaridade contradiz o que teoricamente seria esperado, ou seja, que anos de escolaridades tem relação positiva com a participação em atividades na associação, porém o efeito marginal negativo (que implica uma redução participação de 0,109, para cada ano a mais de escolaridade) foi muito fraco. Além disso, pode-se afirmar que a qualidade do ensino ou os anos apresentados não são ou não foram satisfatórios, o que poderia afetar o grau de participação dos sujeitos da pesquisa no empreendimento.

O número de membros da família do associado tem relação positiva com a participação deste em atividades na associação, de modo que a cada membro a mais na família é acompanhado de um aumento de 0,47 na probabilidade de participação. Esse efeito quase dobra (0,73) quando mais de um membro da família é associado, indicando que quando há membros da família que atuam no empreendimento a possibilidade dos sujeitos continuar atuando no mesmo aumenta. Corroborando análise realizada aos questionários onde 80,6 % dos sujeitos da pesquisa afirmaram possuir membros da família que são sócios do empreendimento.

Comumente é aceito o auxílio financeiro do governo, reduzindo o interesse em participar de atividades produtivas. No caso em apreço, receber auxílio do governo (contra não receber) reduz a probabilidade de participação em atividades da associação em 0,65.

Exercer atividades produtivas fora da associação está direta e fortemente associado com o aumento da chance em participar de atividades na associação (0,81). Isso pode estar relacionado à característica de empreendedorismo e maior disposição para o trabalho do associado que exerce atividade produtiva fora da associação.

Para tanto, identificou-se que o empreendimento tem se tornado fonte geradora de renda para os seus sócios atuantes, apesar de que a maioria além de ter atividades no empreendimento alguns contam com auxílio financeiro ou com alguma atividade extra fora da associação (como por exemplo: vender ovos de galinha, bolos), sendo o empreendimento a alternativa segura de renda para eles, pois garante atividade de trabalho, geração de renda e alimentação saudável para sua família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tratou de analisar o processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural Ipoeira, situada no município de Severiano Melo – RN, na perspectiva da economia solidária. Para embasar teoricamente a pesquisa foram explorados o conceito de economia solidária. Ao analisarmos o conceito, percebemos que ele ainda está em processo de consolidação na literatura, tendo em vista que nesta última década os estudos estão voltados para esta temática.

Buscou-se apresentar como o empreendimento contribui para a geração de renda dos sócios. Foi possível definir que muitos sócios além de desenvolverem atividades na associação também desenvolvem atividades que lhes geram renda fora da associação.

O estudo também descreveu como se deu o processo de criação do empreendimento na comunidade, bem como suas atividades, desafios cotidianos e a expectativa de resolutividade dos problemas do ponto de vista de seus sócios.

Também foi possível identificarmos o perfil das pessoas que tendem a participar mais do empreendimento. Através do modelo *logit* constatou-se que as pessoas do gênero masculino, com idade mais avançada e que possui algum auxílio financeiro, tem a tendência de não participar das atividades do empreendimento. Entretanto, aqueles do gênero feminino, com faixa etária de 20 a 39 anos e que possuem uma quantidade considerável de membros na família tem uma tendência maior em participar do empreendimento, cujo valor é dobrado se houver mais membros da família que também atuam no empreendimento.

Apesar dos avanços também foram percebidas algumas fragilidades, quais sejam: desconhecimento parcial dos princípios que regem a economia solidária, a inércia de alguns atores quanto há no empreendimento opiniões ou atitudes divergentes e a perspectiva de entrarem em acordo e o principal a falta de uma autoavaliação dos sócios quanto às dificuldades que estes elencaram na pesquisa.

Diante os resultados e discussões apresentados, conclui-se com a pesquisa que o empreendimento proporciona significativa influência no desenvolvimento da economia solidária na comunidade de Ipoeira, em Severiano Melo. Percebe-se que a iniciativa tem levado os comunitários atuantes no empreendimento uma oportunidade de trabalho seguida de renda e que estes acreditam que por mais que hajam desafios todos juntos são capazes de enfrentá-los.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S.H *et al.* **Política Social e Combate à Pobreza**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 3ªed. p. 126, 1994.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.
- ANDION, C. **A Gestão no Campo da Economia Solidária**: Particularidades e Desafios. RAC, v. 9, n.1, p. 79 – 101, 2005.
- AZAMBUJA, L. R. **Os valores da Economia Solidária**. Sociologias, Porto Alegre, nº 21, p. 282 -317, 2009.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- BERTUCCI, Ademar de A. ; SILVA, Roberto M. A. da. **20 Anos de Economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.)
- FERREIRA, *et al.* **Aplicação do modelo *logit* binominal na análise do risco de crédito em uma instituição bancária**. Revista de Negócios, ISSN 1980-4431, Blumenau, v17, n.1, p.41 – 59, Janeiro/ Março 2012.
- BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2000.
- COUTO, Sueli. Material didático elaborado para oficina de “Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local”. Salvador: NPGA/NEPOL, 2001.
- FALCONER, A.P. **A promessa do terceiro setor** – um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil e do seu campo de gestão. São Paulo: FEA/USP, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária**: um novo modelo de gestão pública? In: ENANPAD 2002. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.
- GAIGER, Luis Inácio. O trabalho ao centro da economia popular. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS(GT Trabalho e Sociedade), Caxambu, 1999a.
- _____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 79, p. 57-77, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 217 p.
- GÓIS, J.B.H. *et al.* Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 78. p. 82 – 110.

GOMÉZ, M. J. R. Desenvolvimento em (Dês) Construção Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Primeiros dados do CENSO 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=24> Acesso em: 06 jan. 2011.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Perfil do seu município**. Disponível em: >http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_m.asp< Acesso em: 05 de janeiro de 2011.

LECHAT, N. M. P. *et al.* Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v. 07, n. 1, p 175 – 194, 2007.

LESBAUSPIN, Ivo. (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 4ª ed. Petrópolis: vozes, 2003. p. 199.

MELLO, Sylvia Leser de. Economia Solidária e democracia. In: FÍGARO, Roseli (Org.) *Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. São Paulo: Atlas, 2005.

MOREIRA, João Bosco. A concepção teórica do discurso e da prática. Programa Ação Comunitária do Projeto Rondon em Joao Pessoa. *Educação em Debate*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Educação do Centro de Estudos Sociais Aplicados. v. 8(10): 1-9, 1985.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUNHOZ, Décio Garcia. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UNB, 1989, p. 300.

OLIVERI, A. **Empoderamento para a participação através do trabalho**. In: CANDEIAS, *et al.* (Org.) *Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. São Paulo, 2005.

PEREIRA, L.C.B. A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da administração Federal e Reforma do Estado, v. 1, p. 58, 1997.

RAICHELIS, R.; WANDERLEY, L.E.W. Desafios de uma gestão pública democrática na interação regional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n° 78, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho**. São Paulo : Makron Books, 1995.

RODRIGUES, RODRIGUES, S. de L. e FERREIRA, D. A. **O campo nas políticas de desenvolvimento e a abordagem territorial.** In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA - ENGRUP, São Paulo, pp. 593-614, 2008.

RUTKOWSKI, J. E. ; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?. In: Fundação Banco do Brasil; FINEP; Petrobras. (Org.). Tecnologia Social - uma estratégia para o desenvolvimento. 01 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, v. 01, p. 167-186.

SCARPEL, Rodrigo Arnaldo. **Utilização de um modelo *logit* para previsão de insolvência de empresas.** Disponível em <http://www.mec.ita.br/~rodrigo/Publicacoes/SBPO99_2.pdf. >

SCHOMMER, T. V. Investimento Social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: FISHER, T. (Org.) Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. 2002. 99 p.

Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2006. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm. Acesso em: 12 de março de 2012.

SILVA, L. P. ; OLIVEIRA, M. A. S. ; COSTA JÚNIOR, M. P. . A cooperativa e seus cooperados: uma análise do perfil e visão dos membros da Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande COOPAGRAN. In: II Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Regional Nordeste, 2008, Mossoró. **Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Regional Nordeste**, Mossoró, 2008. CD – ROM.

SILVA, R. M. A. Entre o combate a seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília, 2006.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, J. C. M.; BAIARDI, A. A economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de pintadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44., 2006, Fortaleza. **Anais(...)** Fortaleza: Cdmais, 2006. 1 CD – ROM.

TENÓRIO, Fernando G.(ORG). Gestão de ONGs. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

VASCONCELOS, Maria a Conceição Almeida. Além da geração de trabalho e renda: economia solidaria e participação de cooperados e associados. São Cristóvão: Ed. UFS, 2010.

VEIGA, Sandra M.; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: Fase, 2001. (Série Economia Solidária).

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

1 – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DOS ASSOCIADOS DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO DE IPOEIRA

1.1 Código do Associado: _____

1.2 Sexo:		Masculino		Feminino	1.3	Idade	
-----------	--	-----------	--	----------	-----	-------	--

1.4 Escolaridade:

SITUAÇÃO	Anos de estudo*	Concluído, interrompido ou em andamento?
Não sabe ler ou apenas assina	0 anos	
1ª Série	Ensino Fundamental (0 -9 anos de estudo)	
2ª Série		
3ª Série		
4ª Série		
5ª Série		
6ª Série		
7ª Série		
8ª Série		
9ª Série		
1º ano	Ensino Médio (1 a 3 anos de estudo)	
2º ano		
3º anos		
Graduação	(4 anos de estudo)	
Pós-Graduação	(2 anos de estudo)	
Doutorado	(4 anos de estudo)	

*Caso o entrevistado possua Pós-Graduação, será feito a soma dos anos do ensino Fundamental + Ensino Médio + Graduação + Pós-Graduação.

1.5 Estado civil do(a) chefe de família:

	Casado(a)		Solteiro(a)		Viúvo(a)		Separado(a)		União Estável(a)
--	-----------	--	-------------	--	----------	--	-------------	--	------------------

1.6 Município onde Nasceu: _____

1.7 Quanto tempo mora em Ipoeira: _____

2 – PERFIS SOCIAIS DOS ASSOCIADOS DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO DA COMUNIDADE

2.1 Número de membros da família: _____

2.2 Idade e Gênero dos membros da família: (*)

Crianças	(0 a 10 anos)		h		m
Jovens	(11 a 21 anos)		h		m
Adultos	(22 a 59 anos)		h		m
Idosos	(60 em diante)		h		m

*Este valor deve ser igual ao número de membros da família.

2.3 Situação de moradia (Residência): (Quanto à condição de propriedade)

	Própria		Alugada
	Emprestada		Outros:

2.4 Qual a distância de sua residência até a sede da associação? *Responder em km.

2.5 O fato da distância do local do empreendimento da comunidade até a sua residência interfere na sua participação nas atividades do empreendimento?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

(anotar algum comentário, caso seja necessário)

2.6 Você possui terras?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

2.6.1 Se sim, quantos hectares? _____ Onde está localizada esta terra, em Ipoeira?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

2.6.2 Caso não, onde?

3 – PARTICIPAÇÃO NA AAFI

3.1 Desde quando é associado no empreendimento solidário da comunidade?

3.2 Mais algum membro da sua família é associado ao empreendimento econômico solidário da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.2.1 Se sim, quantos e quem (Ex.: Irmão, Filho(a), Esposa)?

3.3 Porque decidiu participar do empreendimento solidário da comunidade?

3.4 Você conhece o estatuto do empreendimento solidário da comunidade da AAFI?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.5 Atualmente você está frequentando as reuniões e assembleias no empreendimento solidário da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.5.1 Se não, porque deixou de participar das reuniões e assembleias do empreendimento?

3.5 Você está desenvolvendo alguma atividade no empreendimento solidário da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.6.1 Se sim, qual atividade?

3.6.2 Se não, o porquê?

3.6.3 Possui Carteira Assinada?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.7 Você já participou como candidato de alguma eleição para a diretoria no empreendimento solidário da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.7.1 Se sim, qual o cargo?

3.7.1.1 Já assumiu ou foi eleito em algum cargo na diretoria?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.7.1.2 Se sim, por quanto tempo?

3.7.2 Se não, porque nunca se candidatou?

4 - GERAÇÃO DE RENDA DOS ASSOCIADOS DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO DA COMUNIDADE

4.1 Você ou algum membro de sua família recebe algum auxílio de renda através de programa social como: bolsa família, garantia safra, bolsa escola, cartão alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

4.1.1 Se sim, qual (is) o(s) programa(s)?

4.1.2 Quanto recebe em média por está inscrito neste(s) programa(s)?

4.2 Você realiza algum outro tipo de atividade econômica que não esteja vinculada com as atividades da associação?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

4.2.1 Se sim, que tipo de atividade realiza fora do empreendimento econômico solidário da comunidade?

4.2.2 Quanto você recebe em média por realizar esta atividade?

4.3 Antes de se associar ao empreendimento econômico solidário da comunidade, quanto era em média a sua renda?

4.4 Quanto você recebe em média por desenvolver suas atividades no empreendimento econômico solidário da comunidade?

4.5 Você considera que após a sua associação no empreendimento econômico solidário da comunidade a sua renda?

Melhorou		Melhorou Pouco		Não Alterou		Piorou		Piorou muito	
----------	--	----------------	--	-------------	--	--------	--	--------------	--

4.6 Caso você não esteja mais participando das atividades de geração de renda do empreendimento econômico solidário da comunidade, quais são as suas fontes de renda?

4.7 Possui algum tipo de empréstimo, financiamento ou prestação a ser pago em bancos ou similares?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

5 – ASPECTOS GERAIS DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO DA COMUNIDADE

5.1 Para você, quais são os principais problemas enfrentados pelos associados do empreendimento solidário da comunidade?

5.1.1 O que deve ser feito para que esta realidade reverta-se?

5.2 Que motivos lhe levariam (ou lhe levou) a se afastar da associação?

5.3 Na sua concepção quais são (ou quais eram) os benefícios que o empreendimento econômico solidário traz para a sua comunidade?

5.4 Você se sente valorizado (ou se sentia valorizado) por participar do empreendimento solidário da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

5.4.1 Por quê? Justifique-se?

5.5 Dê um exemplo de prática (Ex.: produtiva, pessoal) que você tenha aprendido a partir do empreendimento econômico solidário da comunidade?

5.6 Dentre as atividades desenvolvidas pelo empreendimento econômico solidário da comunidade é comum à adoção de medidas de proteção ao meio ambiente?

5.7 Do processo de gestão (administração) do empreendimento, você fazia(ou faz) parte do processo de tomada de decisões?

5.8 Pela sua vivência no empreendimento, como você considera a capacidade de resolução de conflitos no empreendimento?

5.9 Na sua opinião a participação dos sócios na associação está:

Muito mal () Mal () Regular () Bem () Muito Bem ()

6.0 Existe participação e frequência de jovens, mulheres e idosos no empreendimento da comunidade?

Sim		Não	
-----	--	-----	--